

Estudos da Unicamp apontam tendência de precarização do trabalho no Brasil

Comparação O Cesit/Unicamp fez uma série de estudos sobre os impactos da reforma Trabalhista e os encaminhou ao MPT. Os pesquisadores compararam, inclusive, as regras brasileiras com as de outros países

Da Redação
Redacao@diarioam.com.br

Brasília

As análises do Centro de Estudos Sindicais e de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Cesit/Unicamp) apontam precarização do trabalho com a reforma trabalhista. Segundo pesquisadores, a inspiração em reformas de outros países, como a Espanha, traz efeitos negativos.

Os oito estudos do Cesit/Unicamp foram encaminhados ao Ministério Público do Trabalho (MPT) e mostram os impactos econômicos da reforma trabalhista (Lei 13.467/2017). As análises foram feitas por 31 pesquisadores.

Publicados com o título 'Reforma Trabalhista – Textos para Discussão', os oito estudos em forma de artigos científicos analisam a Lei 13.467/2017 e suas repercussões dos pontos de vista econômico e social. Os dados da realidade brasileira foram analisados tomando como base as reformas realizadas em



Déficit Os estudiosos defendem que as novas regras trabalhistas favorecem o desequilíbrio do financiamento da Previdência

outros países, com objetivo de identificar modelos e tendências socioeconômicas.

Um dos textos de discussão apresentado pelo Cesit enfoca 'Experiências internacionais' e analisa os efeitos das reformas trabalhistas realizadas na Espanha, Reino Unido, Alemanha, Chile e México. Em todos

os casos, não se observam efeitos positivos na geração de postos de trabalho, mas sim tendência de precarização do trabalho.

Outro documento, o 'Relações de Trabalho', apresenta o diagnóstico de elementos da relação de emprego, como a terceirização, jornada e remuneração do trabalho. O texto enfatiza como as relações de trabalho já são historicamente flexíveis no Brasil. Para os pesquisadores, essa flexibilidade se ampliou com o avanço da terceirização, da remuneração variável e da despadronização da jornada.

Há também um estudo, in-

titulado de 'Desenvolvimento, Competitividade e Reforma Trabalhista', que aponta que reforma não enfrenta nem soluciona as reais dificuldades do desenvolvimento brasileiro, no contexto de mudanças nos padrões de concorrência e da nova divisão internacional do trabalho. Ao contrário, a tendência é agravar os problemas de um mercado de trabalho pouco estruturado e não encaminhar o País a um novo ciclo de desenvolvimento.

Os estudiosos da Cesit/Unicamp também defendem que as novas regras trabalhistas favorecem o desequilíbrio do financiamento da Previdência Social e o déficit do sistema.

Para o procurador-geral do Ministério Público do Trabalho (MPT), Ronaldo Fleury, os estudos enriquecem ações do órgão. "Não tenho dúvida de que passamos a contar com um material técnico-científico de qualidade ímpar e de fácil acesso e compreensão, a ser dado a conhecer à população e, sobretudo, apto a enriquecer as ações políticas e finalísticas judiciais e extrajudiciais do MPT", disse Fleury.